

que reuniam os requisitos necessários, com efeitos a 1 de janeiro de 2018 e que se encontram inseridos no quadro infra, tendo-se procedido

à celebração dos respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Nome	Categoria	Posição remuneratória anterior	Nível remuneratório anterior	Posição remuneratória atual	Nível remuneratório atual
Alda Maria Rodrigues Pereira da Costa	Assistente Operacional	Entre 5-6	Entre 5-6	8	8
Carla Maria Ribeiro Alves Sardinha	Técnico Superior	Entre 3-4	Entre 19-23	4	23
Catarina de Jesus Pires Amaro	Coordenador Técnico	Entre 1-2	Entre 14-17	2	17
Cílinia Gonçalves Costa Pereira Martins	Assistente Operacional	Entre 3-4	Entre 3-4	5	5
Cláudia Patrícia Braz Quinta Gomes	Técnico Superior	Entre 2-3	Entre 15-19	3	19
Helena Maria Martins dos Santos	Assistente Técnico	Entre 7-8	Entre 12-33	9	14
Isa Maria Sardinha Gomes	Assistente Operacional	5	5	6	6
Luis Miguel Cavaleiro Gomes	Técnico Superior	2	15	3	19
Luisa Maria Borges Rodrigues Fialho	Assistente Operacional	3	3	4	4
Maria Custódia Duarte Rafael Monteiro Silva	Assistente Operacional	9	9	10	10
Marinela de Jesus Petrides Baeta Ramos	Assistente Operacional	Entre 5-6	Entre 5-6	7	7
Maria Madalena Ferreira Carlos	Assistente Operacional	Entre 5-6	Entre 5-6	7	7
Maria Amélia de Oliveira Miguel Ferreira	Assistente Técnico	Entre 4-5	Entre 9-10	7	12
Maria de Fátima Glória Anastácio Rodrigues	Assistente Técnico	Entre 4-5	Entre 9-10	6	11
Maria Isabel Praça de Almeida	Técnico Superior	4	23	5	27
Mário Neves Rodrigues	Assistente Técnico	Entre 4-5	Entre 9-10	6	11
Maria Lúcia Gomes da Costa Vilas Carmona	Assistente Técnico	6	11	7	12
Maria Leonor Martins Sardinha Paralta	Assistente Operacional	3	3	4	4
Maria Alice Esteves Matias de Sousa	Assistente Operacional	3	3	4	4
Maria Guilhermina Ferreira Monteiro de Jesus	Assistente Técnico	Entre 2-3	Entre 7-8	6	11
Maria Pilar Fernandez Del Pino Lago	Técnico Superior	Entre 4-5	Entre 23-27	5	27
Maria Aliete Sequeira Vicente Trindade	Encarregado Operacional	1	8	2	9
Maria Manuela Ramos Pinto dos Santos	Assistente Técnico	Entre 4-5	Entre 9-10	6	11
Maria Isabel Mendes Figueiredo Garcia	Assistente Técnico	1	5	4	9
Maria Manuela Cristovão Dias	Assistente Técnico	Entre 5-6	Entre 10-11	6	11
Marco Frederico Gomes Teles Alves	Assistente Técnico	1	5	2	7
Maria Fialho Assunção Dias Barros	Assistente Técnico	3	3	4	4
Paula Cristina de Sousa Leitão Rodrigues	Assistente Técnico	Entre 4-5	Entre 9-10	6	11
Sónia Isabel Dias Rodrigues	Técnico Superior	Entre 2-3	Entre 15-19	3	19
Pedro Jorge Sardinha Caraças Bravo Cordeiro	Técnico de Informática	Grau 1, nível 2 Índice 420	Entre 19-20	Grau 1, nível 2 Índice 450	Entre 21-22
Herminia Maria Ribeiro Barata	Técnico de Informática	Grau 2, nível 1 Índice 500	25	Grau 2, nível 1 Índice 530	27
Nuno Filipe Dos Santos Barreto Guardado	Técnico de Informática	Grau 1, nível 1 Índice 332	Entre 13-14	Grau 1, nível 1 Índice 332	Entre 16-17

6 de fevereiro de 2019. — Pelo Presidente da Faculdade, *Mestre Natacha Moniz Cintra*.

312049069

## Faculdade de Direito

### Despacho n.º 2255/2019

#### Projeto de Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — Consulta Pública

Nos termos dos artigos 99.º a 101.º do Código do Procedimento Administrativo encontra-se em consulta pública a partir da data da publicação do presente despacho, o Projeto de Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Os contributos e sugestões devem ser remetidos por escrito, no prazo de trinta dias, para o endereço de correio eletrónico: [consultapublica@fd.ulisboa.pt](mailto:consultapublica@fd.ulisboa.pt).

Anexo: Projeto de Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

19 de fevereiro de 2019. — O Diretor, *Prof. Doutor Pedro Romano Martinez*.

#### Projeto de Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 74.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária (na redação do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e da Lei n.º 8/2010, de 13 de maio), os docentes estão sujeitos a um regime de avaliação do desempenho constante de regulamento a aprovar por cada instituição de ensino superior, ouvidas as organizações sindicais;

Considerando que, pelo Despacho Reitoral n.º 12292/2014, de 26 de setembro de 2014, publicado no *DR*, 2.ª série, de 6 de outubro de 2014, foi aprovado o novo Regulamento de Avaliação de Desempenho dos Docentes da Universidade de Lisboa (RADDUL), que se encontra em vigor desde 7 de outubro de 2014;

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, do RADDUL, o mesmo deve ser regulamentado no âmbito da cada Escola da UL, pelos órgãos estatutariamente competentes, depois de ouvidas as organizações sindicais, e de colhidos pareceres dos órgãos científicos e pedagógicos da Escola;

## CAPÍTULO I

### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

#### Âmbito de aplicação

A avaliação do desempenho prevista no presente regulamento abrange todos os docentes da FDUL.

#### Artigo 2.º

#### Princípios aplicáveis à avaliação de desempenho

1 — A avaliação do desempenho dos docentes subordina-se aos princípios gerais enunciados no artigo 74.º-A do ECDU, bem como aos princípios da universalidade, da flexibilidade, da obrigatoriedade, da

previsibilidade, da transparência, da imparcialidade, e da coerência, nos termos do artigo 2.º, n.º 2, do RADDUL.

2 — Nos termos do artigo 74.º-A, n.º 2, alínea o) do ECDU, à avaliação do desempenho dos docentes aplica-se o regime das garantias de imparcialidade previsto nos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo, com as adaptações consagradas no ECDU para matéria de concursos.

#### Artigo 3.º

##### Periodicidade

1 — A avaliação do desempenho dos docentes é realizada de três em três anos, e diz respeito ao desempenho no período dos três anos civis anteriores.

2 — O procedimento de avaliação tem lugar nos meses de janeiro a junho do ano imediatamente subsequente ao do período de avaliação.

3 — A avaliação do desempenho dos docentes cujo contrato tenha duração inferior a três anos é feita anualmente, nos meses de janeiro a junho do ano imediatamente seguinte ao do período de avaliação.

#### Artigo 4.º

##### Procedimento geral e situações especiais

1 — A avaliação do desempenho é realizada de acordo com os critérios e procedimento gerais constantes dos capítulos seguintes.

2 — Nos casos em que, independentemente do motivo para tal, não for realizada a avaliação prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior, o Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes determina que a mesma tenha lugar através de ponderação curricular sumária, nos termos do disposto no artigo 27.º

3 — O Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes pode determinar que a avaliação do desempenho seja realizada mediante ponderação curricular sumária nos seguintes casos:

- a) Dos docentes referidos no n.º 3 do artigo 3.º;
- b) Dos professores convidados e assistentes convidados cuja percentagem de contratação seja inferior a 30 %.

## CAPÍTULO II

### Da avaliação

#### Artigo 5.º

##### Vertentes da avaliação

1 — A avaliação do desempenho leva em consideração as funções gerais e vertentes da atividade dos docentes universitários, bem como as respeitantes a cada categoria, nos termos dos artigos 4.º e 5.º do ECDU (1).

2 — As vertentes a que se refere o número anterior são as seguintes, às quais será atribuída uma ponderação de acordo com os intervalos respetivos em razão dos princípios aplicáveis à avaliação, e considerando as responsabilidades de que o docente tenha sido incumbido, bem como a sua autoavaliação:

- a) Ensino: entre 40 % e 60 %;
- b) Investigação: entre 40 % e 60 %;
- c) Extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento: até 20 %;
- d) Gestão universitária: até 20 %.

3 — A avaliação inclui a atividade do docente avaliado no âmbito das unidades administrativas técnico-científicas, responsabilidades específicas no âmbito do respetivo grupo científico, bem como toda a sua atividade no âmbito de institutos e centros de investigação, designadamente, daqueles a que se refere o Capítulo V dos Estatutos da FDUL.

#### Artigo 6.º

##### Ensino

1 — A vertente de ensino diz respeito à atividade letiva, acompanhamento e orientação de estudantes, produção de material pedagógico, coordenação e participação em projetos pedagógicos, inovação e experiência profissional relevante para a atividade de ensino, tendo em conta, nomeadamente, os resultados dos inquéritos de avaliação pedagógica legalmente previstos, participação em júris de provas académicas, e outras atividades relevantes no âmbito da organização e funcionamento do ensino na FDUL.

2 — Os parâmetros que compõem a vertente de ensino e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo I ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

#### Artigo 7.º

##### Investigação

1 — A vertente de investigação diz respeito à produção científica, bem como à coordenação, liderança e dinamização da atividade científica de natureza jurídica e interdisciplinar e reconhecimento pela comunidade científica.

2 — Os parâmetros que compõem a vertente de investigação e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo II ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

#### Artigo 8.º

##### Extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento

1 — A vertente de extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento concretiza-se em serviços à comunidade científica e à sociedade em nome da UL, da FDUL, e dos seus institutos científicos e centros de investigação.

2 — A participação em comissões, grupos de trabalho ou afins será avaliada na presente vertente ou, por opção do docente avaliado, naquela que tiver mais imediata relação com o trabalho aí desenvolvido.

3 — Os parâmetros que compõem a vertente de extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo III ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

#### Artigo 9.º

##### Gestão universitária

1 — A vertente de gestão universitária diz respeito ao exercício de cargos em órgãos da UL, da FDUL, bem como de unidades administrativas técnico-científicas, institutos e centros de investigação, ou no âmbito dos grupos científicos.

2 — A participação em comissões, grupos de trabalho ou afins será avaliada na presente vertente ou, por opção do docente avaliado, naquela que tiver mais imediata relação com o trabalho aí desenvolvido.

3 — Os parâmetros que compõem a vertente de gestão universitária e respetivos critérios de avaliação, nas dimensões qualitativa e quantitativa, constam do Anexo IV ao presente regulamento, que dele faz parte integrante.

## CAPÍTULO III

### Sujeitos do procedimento de avaliação

#### Artigo 10.º

##### Sujeitos

1 — São sujeitos do procedimento de avaliação de desempenho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

- a) O docente avaliado;
- b) Os docentes avaliadores;
- c) O Conselho Científico;
- d) O Conselho Pedagógico;
- e) O Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes (CCADD).

2 — No âmbito das respetivas competências estabelecidas, designadamente, nos artigos 17.º e 18.º do RADDUL, são também sujeitos do procedimento de avaliação o Conselho Coordenador de Avaliação do Desempenho dos Docentes da ULisboa, e o Reitor, ao qual compete homologar as avaliações, sem prejuízo da faculdade de delegação, bem como apreciar as reclamações e os recursos a que houver lugar, nos termos do disposto nos artigos 24.º, 25.º e 26.º daquele mesmo Regulamento.

#### Artigo 11.º

##### Docentes avaliados

1 — O docente tem direito à avaliação do seu desempenho, que é considerada no seu desenvolvimento profissional, nos termos do disposto no Capítulo V.

2 — O docente apresenta o seu relatório de atividades respeitante ao período de avaliação respetivo, de acordo com modelo aprovado pelo CCADD no primeiro semestre de cada período de avaliação.

3 — O relatório referido no número anterior inclui, caso o avaliado o pretenda, uma componente de autoavaliação.

4 — O docente participa ainda no seu processo de avaliação de desempenho nos termos do disposto no artigo 23.º

## Artigo 12.º

**Docentes avaliadores**

Os professores catedráticos, associados e auxiliares de carreira, bem como os assistentes e demais docentes convidados de cada área científica são avaliados por professores catedráticos de carreira, designados pelo CCADD, nos termos do disposto no artigo 19.º

## Artigo 13.º

**Conselho Científico (²)**

Compete ao Conselho Científico, no âmbito do procedimento de avaliação de desempenho:

- a) Designar, sob proposta do Diretor, os membros do CCADD a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 15.º;
- b) Estabelecer as orientações genéricas para a densificação dos critérios de avaliação pelo CCADD, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º, no primeiro trimestre de cada período de avaliação.

## Artigo 14.º

**Conselho Pedagógico**

1 — O Conselho Pedagógico disponibiliza ao CCADD os resultados dos inquéritos de avaliação pedagógica preenchidos pelos estudantes, de acordo com a calendarização estabelecida para o procedimento de avaliação.

2 — O Conselho Pedagógico pode dirigir recomendações ao Conselho Científico, previamente ao estabelecimento das orientações genéricas referidas na alínea b) do artigo anterior, a respeito dos parâmetros da vertente de ensino.

## Artigo 15.º

**Conselho Coordenador da Avaliação do Desempenho dos Docentes (CCADD)**

1 — São membros do CCADD:

- a) O Diretor, que preside;
- b) O Presidente do Conselho Científico;
- c) O Presidente do Conselho Pedagógico;
- d) Quatro professores catedráticos, um de cada grupo científico, designados nos termos da alínea a) do artigo 13.º

2 — Compete ao CCADD:

- a) Fixar a calendarização do procedimento de avaliação, de acordo com o artigo 3.º;
- b) Designar os avaliadores, de acordo com o disposto nos artigos 19.º e 27.º;
- c) Densificar os critérios de avaliação relativos aos parâmetros de cada uma das vertentes da avaliação, no primeiro semestre de cada período de avaliação, de acordo com as orientações fixadas pelo Conselho Científico;
- d) Preparar e conduzir o procedimento de avaliação em todos os demais aspetos, assegurando a respetiva divulgação pelos sujeitos a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º;
- e) Atribuir menções ou diplomas mérito para reconhecer docentes com desempenho trienal especialmente meritório.

3 — O mandato dos membros do CCADD a que se refere a alínea d) do n.º 1 coincide com o mandato do Diretor.

4 — O CCADD tem um secretário, designado pelo Diretor.

**CAPÍTULO IV****Do procedimento de avaliação****SECÇÃO I****Procedimento geral**

## Artigo 16.º

**Fases e calendarização**

1 — O procedimento de avaliação do desempenho dos docentes compreende as fases constantes dos artigos seguintes.

2 — Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 15.º, o CCADD fixa o calendário do procedimento de avaliação, estabelecendo o início e termo de cada uma das fases.

## Artigo 17.º

**Relatório**

1 — No início do semestre imediatamente subsequente ao termo do período de avaliação, de acordo com o calendário a fixar pelo CCADD, cada docente apresenta um relatório respeitante à sua atividade, de acordo com modelo a aprovar pelo CCADD no segundo semestre do período de avaliação.

2 — O modelo de relatório referido no número anterior reflete as várias vertentes e parâmetros de avaliação da atividade do docente no período em avaliação, contemplando ainda uma dimensão de autoavaliação, para efeitos do disposto no artigo seguinte.

3 — O relatório é entregue por via digital, cabendo ao CCADD disciplinar os respetivos termos.

## Artigo 18.º

**Autoavaliação**

1 — A autoavaliação tem como objetivo envolver o avaliado no procedimento de avaliação, sendo o meio através do qual aquele dá a conhecer aos avaliadores o seu projeto académico para o período de avaliação.

2 — A autoavaliação não é vinculativa, mas tem que ser considerada na avaliação e na harmonização de avaliações.

3 — Na sua autoavaliação, o avaliado estabelece a percentagem de dedicação a cada uma das vertentes da atividade docente, a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º, e presta toda a informação que considere relevante, dando nota das suas expectativas relativamente ao período em avaliação, nomeadamente quanto à forma como qualifica o seu desempenho nas vertentes em que será avaliado.

## Artigo 19.º

**Designação dos avaliadores**

1 — Salvo o disposto quanto à avaliação dos professores catedráticos, cada docente é avaliado por um grupo de avaliação composto por três professores catedráticos de carreira da FDUL, sendo dois da área ou grupo científico do avaliado, e o terceiro de outra área ou grupo científico.

2 — A designação dos avaliadores, para cada avaliado, é feita por sorteio realizado pelo CCADD, a menos que o grupo científico ao qual pertence o avaliado não disponha de mais de dois professores catedráticos de carreira, caso em que serão esses os avaliadores da área ou grupo científico do avaliado.

3 — Salvo o disposto na parte final do número anterior, o sorteio é realizado de modo a assegurar uma distribuição equitativa do número de avaliações pelos avaliadores, bem como a participação de um professor catedrático de área disciplinar do avaliado no respetivo grupo de avaliação.

4 — Os professores catedráticos, de carreira ou convidados, são avaliados por quatro professores catedráticos de carreira, um de cada grupo científico, todos da FDUL, designados por sorteio nos termos dos números 2 e 3.

5 — Cada grupo de avaliação designará um relator, ao qual caberá a preparação do relatório de avaliação.

## Artigo 20.º

**Avaliação**

1 — Tendo em conta as várias vertentes de avaliação e respetivos parâmetros, os avaliadores atribuem uma classificação numérica de 0 a 100 a cada vertente, resultante da soma das pontuações atribuídas nos diferentes parâmetros; no caso de a soma das pontuações atribuídas exceder 100 pontos, será este o resultado a considerar.

2 — A pontuação atribuída a cada parâmetro, nas diferentes vertentes, resulta da ponderação dos aspetos quantitativo e qualitativo do desempenho do docente.

3 — Quanto ao aspeto quantitativo, considerar-se-á, designadamente:

- a) O regime de prestação de serviço (dedicação exclusiva, tempo integral, ou tempo parcial);
- b) A categoria profissional do avaliado, na medida em que da mesma resultem limites legais às funções e tarefas que o mesmo pode desempenhar.

4 — Quanto ao aspeto qualitativo, considerar-se-á, designadamente:

- a) A qualidade e inovação pedagógicas e científicas;
- b) A atualidade e coerência da atividade desenvolvida;
- c) A interação entre as várias vertentes, nomeadamente, entre as vertentes de ensino e investigação;
- d) A relevância para a internacionalização da Faculdade e atividades de cooperação;

e) Os critérios definidos pela Faculdade para seleção e recrutamento dos docentes com o grau académico e a categoria do avaliado.

5 — De acordo com o disposto no artigo seguinte, o relator aplica à média da pontuação de cada vertente a percentagem que lhe couber, obtendo a classificação numérica final pela soma dos valores das vertentes assim determinados.

6 — A classificação numérica final obtida nos termos do número anterior é convertida em menção qualitativa, que expressa o resultado final da avaliação, nos termos seguintes:

- a) Excelente: entre 90 e 100;
- b) Muito bom: entre 80 e 89;
- c) Bom: entre 70 e 79;
- d) Inadequado: abaixo de 70.

7 — Às menções qualitativas previstas no número anterior correspondem na avaliação trienal os seguintes pontos:

- a) Excelente: 9 pontos;
- b) Muito Bom: 6 pontos;
- c) Bom: 3 pontos;
- d) Inadequado: 1 ponto negativo.

8 — Quando o avaliado haja beneficiado de licença sabática durante o período de avaliação, à vertente de ensino correspondente ao período de duração da licença será atribuída a mesma pontuação do ano ou semestre letivo anterior, consoante a duração da licença.

#### Artigo 21.º

##### Fichas e relatório de avaliação

1 — Cada avaliador preenche uma ficha de avaliação, de acordo com modelo a aprovar pelo CCADD, por cada docente avaliado que lhe couber, na qual atribui pontuações correspondentes aos vários parâmetros das diversas vertentes, formulando um conjunto de observações finais justificativas.

2 — As fichas de avaliação são remetidas ao relator do grupo de avaliação respetivo, por correio eletrónico, de acordo com a calendarização fixada pelo CCADD.

3 — O relator elabora um projeto de relatório de avaliação do docente avaliado, realizando, para cada pontuação de cada parâmetro, a média das correspondentes três pontuações atribuídas por cada avaliador do grupo de avaliação.

4 — Na avaliação dos professores catedráticos, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 19.º, às pontuações atribuídas pelo avaliador pertencente ao grupo científico do avaliado é aplicado um fator de majoração a determinar pelo CCADD no âmbito dos critérios de harmonização, de acordo com o disposto no artigo 22.º

5 — O relator elabora uma proposta de fundamentação geral para avaliação do docente, a incluir no projeto de relatório de avaliação, com base nas observações constantes das fichas de avaliação.

6 — O projeto de relatório é aprovado pelo grupo de avaliação, através de comunicações eletrónicas entre os respetivos membros, sendo remetido ao CCADD, de acordo com a calendarização por este estabelecida.

7 — Se o docente avaliado for Pró-Reitor, o CCADD remete o correspondente relatório ao Reitor para se pronunciar sobre o mesmo e avaliar o desempenho dessa função.

#### Artigo 22.º

##### Harmonização

1 — Recebidos os relatórios de avaliação pelo CCADD, este procede, se necessário, à harmonização das avaliações, tendo em vista um justificado equilíbrio da distribuição dos resultados, assegurando a diferenciação do desempenho.

2 — Os critérios adotados para a harmonização referida no número anterior são aprovados e publicados pelo CCADD antes do início do procedimento de avaliação.

#### Artigo 23.º

##### Notificação e audiência prévia

1 — Concluída a harmonização a que se refere o artigo anterior, o CCADD notifica cada avaliado do respetivo relatório de avaliação, bem como de qualquer ajuste à avaliação ali proposta em resultado da referida harmonização, quando seja caso disso, dando conhecimento aos avaliadores.

2 — O docente avaliado dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a avaliação proposta, podendo formular as observações que entenda justificadas.

#### Artigo 24.º

##### Avaliação final

1 — Caso o avaliado se pronuncie em sede de audiência prévia, o CCADD remete a respetiva pronúncia ao relator, no prazo de 5 dias úteis, o qual deve promover a apreciação da mesma pelos restantes avaliadores, de modo a que, num prazo de 10 dias úteis, seja submetida ao CCADD uma proposta de avaliação final.

2 — Recebidas as propostas referidas no número anterior, o CCADD remete-as, juntamente com as demais sobre as quais os avaliados não se tenham pronunciado em sede de audiência prévia, ao Reitor ou ao órgão competência delegada, para efeitos de homologação.

#### Artigo 25.º

##### Homologação

1 — O Reitor, ou o órgão com competência delegada, homologa as avaliações no prazo de 30 dias úteis, nos termos do disposto no artigo 24.º do RADUL.

2 — Caso o Reitor, ou o órgão com competência delegada, recuse fundamentadamente a homologação da avaliação, o respetivo processo é devolvido ao CCADD, que deverá então proceder nos termos do n.º 1 do artigo anterior.

3 — Caso seja mantida a avaliação anterior, o Reitor, ou o órgão com competência delegada, após audição do CCADD, pode atribuir nova menção qualitativa e respetiva quantificação, fundamentando a decisão.

#### Artigo 26.º

##### Garantias

1 — No prazo de 15 dias úteis a contar da notificação da homologação da sua avaliação, pode o docente avaliado reclamar da mesma, solicitando fundamentadamente a respetiva modificação.

2 — A decisão da reclamação é proferida no prazo de 15 dias úteis, sendo previamente ouvido o CCADD, quando não seja este o órgão com competência delegada para a homologação.

3 — Quando a competência para a homologação se encontre delegada, da mesma cabe recurso para o Reitor, assim como da decisão da reclamação prevista nos números anteriores, no prazo de 10 dias úteis a contar da respetiva notificação, seguindo-se os termos gerais do Código do Procedimento Administrativo.

4 — O docente avaliado tem direito à impugnação judicial da avaliação nos termos gerais.

## SECÇÃO II

### Avaliação por ponderação curricular sumária

#### Artigo 27.º

##### Avaliação por ponderação curricular sumária

1 — A avaliação por ponderação curricular consiste numa apreciação sumária do currículo do docente, circunscrita ao período em avaliação, nas vertentes de ensino, investigação, extensão universitária e gestão universitária, de acordo com os critérios fixados pelo CCADD e demais regras regulamentares aplicáveis.

2 — A avaliação por ponderação curricular é realizada por dois avaliadores, designados pelo CCADD.

3 — O currículo do docente avaliado deve ser acompanhado pela documentação relevante para fundamentar a proposta de avaliação.

4 — A ponderação curricular é expressa através de uma valorização que respeite a escala de avaliação definida no presente regulamento, bem como as regras relativas à diferenciação do desempenho.

## CAPÍTULO V

### Efeitos da avaliação do desempenho

#### Artigo 28.º

##### Efeitos da avaliação

1 — A avaliação do desempenho dos docentes é obrigatoriamente considerada para efeitos de:

- a) Contratação por tempo indeterminado dos professores auxiliares;
- b) Renovação dos contratos a termo certo para docentes não integrados na carreira;
- c) Alteração do posicionamento remuneratório dos docentes de carreira.

2 — A alteração do posicionamento remuneratório decorre nos termos previstos no artigo 28.º do RADDUL.

3 — Em caso de avaliação como inadequado do desempenho durante um período de seis anos seguidos, é aplicável o regime geral fixado no estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas.

## CAPÍTULO VI

### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 29.º

##### Aplicação no tempo

O disposto no presente Regulamento será aplicado pela primeira vez à avaliação de desempenho correspondente ao triénio 2019-2021, sendo utilizado como método auxiliar na ponderação curricular constante do artigo 6.º do RADDUL para a avaliação do desempenho em períodos anteriores.

#### Artigo 30.º

##### Avaliações dos anos 2004 a 2018

No prazo de 30 dias úteis após a entrada em vigor do presente regulamento, o CCADD procederá à notificação aos docentes avaliados da respetiva classificação relativamente ao desempenho nos anos de 2004 a 2018 nos termos do disposto no RADDUL.

(<sup>1</sup>) A avaliação do desempenho leva em consideração as funções gerais e vertentes da atividade dos docentes universitários, bem como as respeitantes a cada categoria, nos termos dos artigos 4.º e 5.º do ECDU, na medida em que elas lhes tenham estado afetas no período a que se refere a avaliação (V. art. 74.º-A, n.º 2, alínea b) do ECDU (versão 2010).

(<sup>2</sup>) Artigo 15.º do RADDUL (“Conselho Científico e Conselho Pedagógico”)

1 — As competências próprias do Conselho Científico no processo de avaliação, nomeadamente na concretização da componente científica associada aos parâmetros de avaliação, são estabelecidas no regulamento de avaliação da Escola.

2 — A participação do Conselho Pedagógico no processo de avaliação é definida no regulamento de avaliação da Escola.

## ANEXO I

### Vertente de ensino

#### Parâmetros e critérios

Parâmetros	Critérios	Pontos
Atividade letiva ( <sup>3</sup> )	Lecionação de aulas práticas no curso de licenciatura (1.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de licenciatura (1.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (2.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (2.º ciclo)	0,1
	Regência no curso de Doutoramento (3.º ciclo)	0,1
	Lecionação de aulas de Pós-graduações organizadas pela FDUL ou pelos institutos a ela associados, incluindo cursos intensivos Erasmus.	0,1
	Qualquer das atividades letivas anteriores desenvolvida em instituições de ensino superior estrangeiras no âmbito de protocolos de cooperação com a FDUL.	0,1
Acompanhamento e orientação de estudantes	Orientação com aprovação de doutoramento	3
	Co-orientação com aprovação de doutoramento	1,5
	Orientação com aprovação de pós-doutoramento	1
	Orientação com aprovação de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	1 ( <sup>4</sup> )
	Orientação com aprovação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	0,5 ( <sup>5</sup> )
Produção de material pedagógico	Orientação com sucesso (participação em finais nacionais, regionais e rondas finais) de estudantes para competições nacionais e internacionais ( <i>moot courts</i> e afins).	0,5
	Manual pedagógico/Lições em área relevante para o ensino do Direito, publicado por editora nacional ou internacional ou publicado em site de acesso aberto.	30 ( <sup>6</sup> )
	Coletâneas de casos práticos e outros elementos de apoio aos alunos	10
	Coletâneas de legislação, jurisprudência e afins	10
Participação em júris de provas académicas	Participação em júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	0,5
	Participação em júris de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	1
	Participação em júris de Doutoramento	3
	Participação em júris de provas de Agregação	4
	Participação em júris de Pós-doutoramento	1
Coordenação e participação em projetos pedagógicos.	Coordenação de programas de Doutoramento	4
	Coordenação de programas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	3
	Coordenação de programas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica	3
	Coordenação de unidade curricular	3
	Coordenação de curso pós-graduado na FDUL e respetivos institutos	3
	Participação em comissões/projetos de natureza pedagógica (e.g., autoavaliação; reforma curricular; revisão dos regulamentos de avaliação).	3
Inovação e experiência profissional relevante para a atividade de ensino.	Cursos de valorização pedagógica	2
	Cursos e seminários de valorização científica no estrangeiro	3
	Cursos e seminários de valorização científica em Portugal	2
	Projetos de inovação pedagógica (e.g., participação em jornadas pedagógicas)	2
	Utilização da plataforma e-learning da FDUL (criação e atualização de uma página por cadeira lecionada).	1 ( <sup>7</sup> )

(<sup>3</sup>) Valor a multiplicar pelas horas de aulas anuais de acordo com a distribuição de serviço docente e até ao limite de 25 pontos por ano. As aulas lecionadas em língua estrangeira têm uma bonificação de 0,05 pontos por hora de aula.

(<sup>4</sup>) Pontos a atribuir por tese até ao limite de 5 pontos/ano (5 orientações com aprovação/ano).

(<sup>5</sup>) Pontos a atribuir por tese até ao limite de 5 pontos/ano (10 orientações com aprovação/ano).

(<sup>6</sup>) Avaliação qualitativa: Excelente 30 pontos × (0,9 a 1); Muito Bom 30 pontos × (0,8 a 0,89); Bom 30 pontos × (0,7 a 0,79); Suficiente 30 pontos × (0,5 a 0,69); Inadequado: 0 pontos.

(<sup>7</sup>) Um ponto por cadeira com página e-learning criada e atualizada anualmente.

## ANEXO II

## Vertente de investigação

## Parâmetros e critérios

Parâmetros	Critérios	Pontos
Publicações	Livros em editoras internacionais de referência	35 <sup>(8)</sup>
	Livros em editoras nacionais de referência	30 <sup>(9)</sup>
	Organização de livros em editoras internacionais de referência	20
	Organização de livros em editoras nacionais de referência	15
	Artigos publicados em revistas internacionais de referência com <i>peer review</i>	20
	Artigos publicados em revistas nacionais de referência com <i>peer review</i>	15
	Artigos publicados por convite ou em outras revistas nacionais ou internacionais	8
	Capítulos de livros em editoras internacionais de referência <sup>(10)</sup>	15
	Capítulos de livros em editoras nacionais de referência <sup>(11)</sup>	10
	Comentário/anotação de legislação e jurisprudência publicados em revistas nacionais ou internacionais de referência	3
Coordenação e participação em projetos de investigação.	Recensões publicadas em revistas nacionais ou internacionais de referência	3
	Coordenação de centro de investigação da FDUL	20
	Coordenação de grupo de investigação inserido em centro de investigação da FDUL	15
	Investigador em centro de investigação da FDUL	2
	Coordenação de projeto internacional financiado por agência nacional ou internacional	40
	Coordenação de projeto nacional financiado por agência nacional ou internacional	30
	Participação em projeto internacional financiado por agência nacional ou internacional	5
	Coordenação de projeto financiado por organização privada	5
	Participação em projeto financiado por organização privada	2
	Candidaturas a projeto financiado por agência nacional ou internacional	5
Coordenação, liderança e dinamização da atividade científica e reconhecimento pela comunidade científica.	Coordenação de projeto por contrato	2
	Diretor de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	20
	Subdiretor de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	15
	Membro da Comissão de Redação de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	10
	Diretor de revista nacional de referência com <i>peer review</i>	15
	Subdiretor de revista nacional de referência com <i>peer review</i>	10
	Membro da Comissão de Redação de revista nacional de referência com <i>peer review</i>	5
	Membro do Conselho Científico de revista internacional de referência com <i>peer review</i>	10
	Membro do Conselho Científico de revista nacional de referência com <i>peer review</i>	5
	Membro do Conselho Científico de outra revista nacional ou internacional	3
Outras formas de reconhecimento científico	Revisor em revista internacional de referência com <i>peer review</i>	5
	Revisor em revista nacional de referência com <i>peer review</i>	3
	Prémios científicos	10
	Quadro dirigente de sociedade científica internacional (por ano)	2
	Membro de sociedade científica internacional (por ano)	1
	Quadro dirigente de sociedade científica nacional (por ano)	1
	Membro de sociedade científica nacional (por ano)	0,5
	Participação em painel de avaliação (e.g., de bolsas nacionais ou internacionais na área do Direito; de instituições científicas na área do Direito)	2 <sup>(12)</sup>
	Participação em júri de Doutoramento externo à FDUL	2 <sup>(13)</sup>
	Participação em júri de Mestrado externo à FDUL	1 <sup>(14)</sup>
Comunicação em conferência ou congresso internacional	3	
Comunicação em conferência ou congresso nacional	2	
Coordenação de painel em conferência ou congresso internacional	2	
Coordenação de Conferências e Seminários em eventos científicos estrangeiros ou nacionais	3	
Coordenação de painel em conferência ou congresso nacional	1	

<sup>(8)</sup> Avaliação qualitativa: Excelente 35 pontos × (0,9 a 1); Muito Bom 35 pontos × (0,8 a 0,89); Bom 35 pontos × (0,7 a 0,79); Suficiente 35 pontos × (0,5 a 0,69); Inadequado: 0 pontos.

<sup>(9)</sup> Avaliação qualitativa: Excelente 30 pontos × (0,9 a 1); Muito Bom 30 pontos × (0,8 a 0,89); Bom 30 pontos × (0,7 a 0,79); Suficiente 30 pontos × (0,5 a 0,69); Inadequado: 0 pontos.

<sup>(10)</sup> Pontos não acumuláveis com a organização do livro.

<sup>(11)</sup> Pontos não acumuláveis com a organização do livro.

<sup>(12)</sup> Máximo de 10 pontos/triênio.

<sup>(13)</sup> Máximo de 10 pontos/triênio.

<sup>(14)</sup> Máximo de 10 pontos/triênio.

## ANEXO III

## Vertente de extensão universitária, divulgação cultural e científica e valorização económica e social do conhecimento

## Parâmetros e critérios

Parâmetros	Critérios	Pontos
Extensão universitária	Autoria de parecer do Gabinete de Consultoria Jurídica	10
	Coautorias de parecer do Gabinete de Consultoria Jurídica	5

Parâmetros	Critérios	Pontos
	Prestação de serviços em nome da FDUL ou da UL (e.g., participação em comissões ou grupos de trabalho de reforma legislativa, judicial ou administrativa; participação em júris de concursos não académicos).	5
	Ações de formação profissional em nome da FDUL ou da UL . . . . .	0,1 <sup>(15)</sup>
	Representação da FDUL em instituições externas. . . . .	5
	Participação em audições da Assembleia da República sobre propostas e projetos legislativos e outras questões de natureza jurídica.	5
Divulgação cultural e científica . . . . .	Conferências e palestras de divulgação científica . . . . .	3
	Presidência da organização de congresso de sociedade científica internacional . . . . .	30
	Membro da organização de congresso de sociedade científica internacional . . . . .	10
	Presidência da organização de congresso de sociedade científica nacional . . . . .	10
	Membro da organização de congresso de sociedade científica nacional . . . . .	5
	Livros de divulgação científica . . . . .	5
	Artigos de divulgação científica em revistas nacionais e internacionais de referência	2
Valorização social e económica do conhecimento.	Participação nos media como docente da FDUL . . . . .	3 <sup>(16)</sup>

<sup>(15)</sup> Valor a multiplicar pelo número de horas da ação de formação a cargo do docente avaliado.

<sup>(16)</sup> Máximo de 9 pontos/ano

## ANEXO IV

## Vertente de gestão universitária

## Parâmetros e critérios

Parâmetros	Critérios	Pontos	
Cargos em órgãos de gestão da UL e da FDUL	Pró-Reitor da Universidade de Lisboa . . . . .	100	
	Diretor da FDUL . . . . .	100	
	Subdiretor da FDUL . . . . .	60	
	Presidente do Conselho de Escola . . . . .	60	
	Presidente do Conselho Científico . . . . .	80	
	Presidente do Conselho Pedagógico . . . . .	80	
	Membro eleito do Conselho de Escola . . . . .	20	
	Membro eleito do Conselho Científico . . . . .	40	
	Membro eleito do Conselho Pedagógico . . . . .	40	
	Membro eleito do Conselho Académico . . . . .	20	
	Presidente de grupo científico . . . . .		
	Coordenador de ciclo de estudos . . . . .	60	
	Membro de órgão da Universidade de Lisboa . . . . .	60	
	Secretário de órgão da FDUL . . . . .	20	
	Membro de comissão ou grupo de trabalho criado por órgão da FDUL . . . . .	10	
	Membro de comissão ou grupo de trabalho criado por órgão da FDUL . . . . .	20	
	Presidente de unidade administrativa técnico-científica da FDUL . . . . .	60	
	Vice-Presidente de unidade administrativa técnico-científica da FDUL . . . . .	40	
	Vogal de unidade administrativa técnico-científica da FDUL . . . . .	10	
	Instituições científicas e culturais . . . . .	Cargos e funções em outras instituições em representação da UL/FDUL ou do País . . . . .	20
Institutos associados à FDUL . . . . .		Presidente . . . . .	50
		Vice-Presidente . . . . .	30
		Vogal . . . . .	20
	Secretário . . . . .	20	

312087033

## UNIVERSIDADE DO MINHO

## Instituto de Letras e Ciências Humanas

## Despacho n.º 2256/2019

Por despacho do Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas de 22 de janeiro de 2019, proferido por delegação de competências do Senhor Reitor da Universidade do Minho, conferida pelo despacho RT-14/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 23 de fevereiro de 2018, nos termos do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de junho, é nomeado o seguinte júri, para deliberar sobre o pedido de reconhecimento de habilitações ao nível do grau de Mestre, apresentado por Aline Alves Ferreira:

Presidente: Doutor Carlos Alberto Mendes de Sousa, Professor Associado do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho;

Vogais: Doutora Alva Martinez Teixeira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Doutora Rita Roque Guerreiro Tenreiro Patrício, Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho.

22 de janeiro de 2019. — O Presidente do Instituto de Letras e Ciências Humanas, *João Cardoso Rosas*.

312047538

## UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

## Faculdade de Ciências Médicas

## Edital n.º 318/2019

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, na sua